

Educação Inclusiva: Aprendizagens em Contexto

**Geisa Letícia Kempfer Bock - mestre – Universidade do Estado de Santa Catarina-
geisa.bock@udesc.br**

**Solange Cristina da Silva – mestre – Universidade do Estado de Santa Catarina-
solange.silva@udesc.br**

**Rose Clér Estivaleta Beche - mestre – Universidade do Estado de Santa Catarina-
rose.beche@udesc.br**

Resumo

Este artigo refere-se ao relato sobre o programa de extensão intitulado “Educação Inclusiva: Aprendizagens em contexto”. Este programa articula três ações de extensão na área da inclusão, sendo eles: Curso a Distância “A inclusão do educando com deficiência visual no espaço escolar”; Curso a Distância “A pessoa com deficiência física no contexto escolar inclusivo” e Projeto de extensão “Webaulas para inclusão”. Foi desenvolvido durante o ano de 2013 e foi destinado a formação de discentes de graduação, profissionais da educação e comunidade em geral, visando contribuir para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva e cidadã, não perdendo o foco da aprendizagem.

Palavras-Chave: Extensão universitária, Educação Inclusiva, Educação a Distância, Formação de Professores.

Inclusive Education: Learning in Context

Abstrat

This article makes reference to the report on the extension program entitled “Inclusive Education: Learning in context”. This program articulates three extension projects in the area of inclusion: two Distance Learning Courses “The inclusion of the visually impaired learner in school” and “Individuals with physical disabilities in the inclusive educational context”, and an Extension project “Web classes for inclusion”. This was developed during the year of 2013 for the purpose of training undergraduate students, education professionals and the wider community, aimed at contributing to the development of an increasingly inclusive and community engaged society, while staying focused on the learning process

Key words: University extension; Inclusive education; Distance learning education, Teacher training

Introdução

O Programa de Educação Inclusiva: Aprendizagens em Contexto é composto por três projetos na área de inclusão: Curso a Distância “A inclusão do educando com

deficiência visual no espaço escolar”; Curso a Distância “A pessoa com deficiência física no contexto escolar inclusivo” e Projeto de extensão “Webaulas para inclusão”. Estes projetos estão articulados de forma interdisciplinar ao tema central que é a Inclusão, seja no trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência, seja na formação de educadores sobre esse tema.

O tema central do Programa é a Inclusão social e a partir da perspectiva de que a Universidade pode contribuir para minimizar o abismo existente entre diversos grupos humanos oferecemos cursos a distância. A inclusão é um processo que está se constituindo nos diferentes espaços sociais. Com o intuito de contribuir com esse processo esse programa foi pensado para o aperfeiçoamento e informação de profissionais da educação, discentes de graduação e comunidade no que se refere à área da inclusão.

Educação Inclusiva: Aprendizagens em Contexto

A sociedade contemporânea instiga diversos questionamentos no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência. Hoje não se discute mais a legalidade, mas sim a efetivação dos direitos adquiridos. Para tanto é necessário a formação de profissionais da educação para atender essa demanda. A Educação a Distância tem se configurado uma grande aliada na formação de professores, pois se caracteriza numa modalidade de ensino que democratiza o acesso a medida que vence barreiras geográficas e estimula a flexibilização do tempo.

Segundo o Decreto n. 2494/98 (de 10.02.1998) Ensino a Distância é:

uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (MEC, 2003)

Pelas características acima descritas a educação a distância é um processo de ensino-aprendizagem que cada vez mais conquista espaço em diversas instituições públicas ou privadas, auxiliando e muito a democratização do ensino pelo acesso qualificado a várias pessoas que, por vários motivos, em outras circunstâncias não poderiam estudar no modelo presencial. Segundo Peters (2001, p.83), referindo-se ao ensino a distância, diz que neste tipo de ensino,

(...) evidencia-se uma afinidade especial com o ensino aberto. Ele é tendencialmente igualitário, ajuda a realizar igualdades, baseia-se em grande parte na atividade própria de estudantes autônomos, está mais relacionado com a prática da vida e da profissão e, nos centros de estudo, enfatiza maior interação e comunicação.

Desta forma, ampliar este conceito para além do ensino, alcançando a pesquisa e a extensão, começa a tornar-se constante no mundo acadêmico.

A Extensão Universitária é uma forma de interação entre a Universidade e a comunidade no contexto em que ela se insere. Promulgando um processo dialético entre a teoria e a prática, possibilita o intercâmbio de saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Na UDESC a ação de extensão se desenvolve de forma indissociável do ensino e da pesquisa, e de forma interdisciplinar tem por função produzir e sociabilizar o conhecimento pela inserção na realidade, bem como oportunizar ao aluno uma vivência que complemente sua formação acadêmica. De acordo com Silva (2009, p.03):

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar, até a comunidade, os conhecimentos de que são detentora, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários.

Assim, o conhecimento não se traduz em privilégio apenas da minoria que é aprovada no vestibular, mas difundido pela comunidade, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade.

Aliar essas duas forças – extensão e EaD – fortalece a democratização do conhecimento, oportuniza o acesso a um contingente de pessoas impossibilitados de cursar o ensino superior presencial, bem por meio de ações de extensão de capacitação e de professores, prestação de serviços e projetos de acessibilidade contribui para o processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Essas ações de extensão complementam o ensino à medida que favorecem aos alunos conhecimentos de uma área específica que é a educação inclusiva e contribuem para a comunidade no que se refere ao processo de inclusão social.

O MEC (2001) traz um arcabouço legal que dispõe de requisitos e normas em relação à educação e ao trabalho para que todas as crianças estejam na escola e “uma escola para todos”. Nesse sentido, destacamos as leis a seguir:

Lei no. 7.853/89 – dispõe sobre apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Lei no. 8.69/90 – Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente – prevê o atendimento especializado para crianças e adolescentes portadores de deficiência e que nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (...)

Portaria do MEC no. 1679/99 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade a pessoa portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Lei no. 10.098/00 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.” (MEC, 2001, p. 11 e 13)

Para cumprir esse preceito legal, e não somente para os discentes, mas para todas as pessoas vinculadas à UDESC e que têm necessidades educacionais especiais, é importante adequação do currículo, da estrutura, bem como ações inclusivas visando a atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desse grupo, permitindo assim a efetivação da inclusão dos discentes com deficiência nesta Universidade.

Pela importância atribuída ao tema inclusão, muitos autores vêm discutindo sobre o mesmo em pesquisas a serem realizadas com o propósito de contribuir com a prática docente e abrir novas perspectivas sociais para o grupo considerado excluído. Várias obras norteiam esta ação de extensão e dão suporte a tudo que viemos discutindo.

Segundo ROSS (2003), incluir “é oferecer mudanças para manifestação do humano e não a simples readaptação físico-espacial dos sujeitos”. Dentro de uma perspectiva de trabalho inclusivo, incluir é muito mais que proporcionar ao discente o convívio social e acesso ao conhecimento, mas é construir um “sentimento de profundo respeito à diferença”, não submetendo esses sujeitos a uma forma única de convívio, desrespeitando suas especificidades, enquadrando-os dentro de uma norma padrão.

De acordo com Skliar (1999, p. 26) na ideia de inclusão, na América Latina, a partir da Declaração de Salamanca, ficou cada vez mais frequente a inclusão da “alteridade deficiente” na escola regular. Segundo esse autor, os documentos oficiais trazem o discurso da escola inclusiva que opera, principalmente, em dois níveis diferenciados: “por um lado, um nível supostamente progressista, a partir do qual se denunciam as formas terríveis e temíveis de discriminação e exclusão das escolas especiais(...); fala-se da obrigação da escola pública de aceitar, conter e trabalhar com a diversidade etc.” E, por outro, como um nível totalitário, que reproduz “o contínuo de sujeitos deficientes – sem deixar espaço para uma análise diferenciada dos processos e dos efeitos de tais práticas para/sobre cada um deles.” Deste modo, “não há um reconhecimento político das diferenças, mas sim uma mera aceitação da pluralidade, sem que se perca de vista a norma ideal”. (SKLIAR, 2001, p. 20)

De acordo ainda com esse autor,

“é necessário inverter aquilo que foi construído como norma, como regime de verdade e como problema habitual: compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está na cadeira de rodas ou o que usa o aparelho auditivo ou ainda o que não aprende segundo o ritmo ou a forma como a norma espera, senão processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros.” (Skliar, 1999, p. 18)

Considerando todos esses aspectos, decidimos usar nestes projetos o termo “pessoa com deficiência”, compartilhando das discussões trazidas por Romeu Sasaki. Nesse sentido, com relação à mudança de terminologia para nos referirmos às pessoas com deficiência, Sasaki (2003 p 12) diz que “a razão disto é que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.” Essas mudanças não se referem a mudanças de palavras simplesmente, mas de significado.

Fazendo uma retrospectiva histórica da terminologia, Sasaki (2003) relata que a partir dos anos 30, até meados dos anos 60, muitos termos foram propostos, como “incapacitados”(incapaz), “defeituosos” e “excepcionais”. Já a partir dos anos 80, surgiram dois termos que ainda hoje são utilizados: “Pessoas portadoras de deficiência” e “Pessoas com necessidades especiais”. O primeiro foi utilizado nas constituições, leis

e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Contrário a esse indicativo referendado legalmente, Sasaki (2003) afirma que:

A tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra “portadora” (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que uma certa pessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena. (Sasaki 2003 p 16).

O segundo termo intenciona substituir a palavra “deficiência” por “necessidades especiais”, objetivando ampliar o espectro que engloba as deficiências. Contradizendo essa perspectiva, Sasaki (2007) defende que o termo “necessidades especiais” não substitui a palavra “deficiência”, como se espera. Argumenta que algumas das pessoas com deficiência podem apresentar necessidades especiais, mas nem todas as pessoas com necessidades especiais têm deficiência.

A partir dos anos 90 até os dias atuais, principalmente em função dos eventos mundiais liderados pelas organizações de pessoas com deficiência, como a Declaração de Salamanca, o termo mais usado passou a ser “pessoas com deficiência”. Segundo Sasaki (2003, p. 14-15), o valor agregado a esse termo é de que com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se de: 1) empoderamento (uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um); e 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Sasaki (2008) nos alerta ainda para a necessidade de pararmos com a repetição de palavras e expressões superadas, reforçando estereótipos e estigmas. É momento de adequarmos, também, com urgência, nosso vocabulário aos avanços de compreensão da pessoa com deficiência “vista como parte da diversidade humana e como titular dos mesmos direitos humanos das demais partes”. (Sasaki 2008 p 10).

Considerando esses aspectos, o Programa de Educação Inclusiva: Aprendizagens em contexto, objetivou oportunizar conhecimento, aprimoramento e informações na área de inclusão para discentes de graduação, profissionais de educação e comunidade, visando contribuir com o processo de construção de uma sociedade inclusiva.

O primeiro projeto vinculado ao referido programa foi o curso “A inclusão do educando com deficiência visual no contexto escolar” que teve como objetivo principal qualificar, em nível de formação continuada, profissionais das redes de ensino, na área da deficiência visual e os vários aspectos que tal condição demanda. O referido curso teve carga horária de 40 horas e contou com a participação de 100 cursistas. Foi desenvolvida na modalidade a distância pela ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, utilizando-se dos recursos neles disponibilizados.

O segundo, o curso “A pessoa com deficiência física no contexto escolar inclusivo”, objetivou a capacitação de profissionais da educação, graduandos e comunidade no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência física. Oportunizou-se o conhecimento sobre o conceito de deficiência física e sua relação nas atividades cotidianas dos sujeitos e ainda as barreiras que são impostas no âmbito social e que os colocam em situação de desvantagem com as demais pessoas. Com este conhecimento trabalhado, identificado às necessidades desta população foi preciso então apresentar possibilidades e formas de atuação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado para a deficiência física, vislumbrando mudanças nas práticas dos professores e demais agentes da comunidade escolar. Outro importante elemento que percorreu por esta formação e, que teve um momento para aprofundamento, foi o da Tecnologia Assistiva (TA), entendida como recursos e serviços que ampliam as habilidades de pessoas com deficiência e com isso, vida independente, e também a sua aplicação na educação. Com esta ação espera-se que haja um transpassar do tempo e do espaço para a aplicabilidade deste conhecimento, possibilitando mudanças de atitudes no que se refere a inclusão de todas as pessoas nos espaços escolares e na sociedade de maneira mais ampla.

O terceiro projeto, intitulado “Webaulas para a inclusão”, objetivou a produção de pequenos vídeos, que pudessem ser utilizados como objetos de aprendizagem, debates, estudos, entre outros nos espaços escolares, e para auxiliar estudantes de licenciaturas na compreensão das temáticas sobre inclusão. Abarcou diferentes áreas, desde conceitos sobre a deficiência, a exemplo da Web sobre a visão (função do olho e diferentes doenças) até os recursos necessários e possíveis para aplicabilidade nas escolas como a web sobre Tecnologia Assistiva. A partir das webaulas buscou-se refletir criticamente sobre a qualidade das intervenções dos professores no atendimento das aprendizagens diferenciadas e ainda compreender as concepções atuais sobre as

dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, os problemas de escolarização, as deficiências e as possibilidades educativas numa perspectiva inclusiva.

O referido programa de extensão, focado em ações de inclusão atingiu tanto a comunidade interna quanto a externa à UDESC. O mesmo, vinculou-se ao LEI - Laboratório de Educação Inclusiva do Centro de Educação a Distância, que tem como mote a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Uma questão importante que surge a partir dos cursos e que pode ser um objeto de estudo em futuras pesquisas vinculadas a extensão, é a quantidade de desistências ao longo do percurso, ao mesmo tempo em que a EaD possibilita acesso ao maior número de pessoas, muitas destas desistem com a mesma facilidade, a exemplo do curso sobre a deficiência física que dos 100 inscritos, apenas 39 efetivamente concluíram o curso, entre os desistentes 28 deles nunca acessaram o ambiente de aprendizagem, desistindo antes mesmo de conhecer a ementa e/ou o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No entanto, ações como a da “Webaula” para inclusão não se restringe a um único período, ficando esta produção alcançando diferentes públicos em diferentes momentos, permanecendo útil e eficaz enquanto os conceitos trabalhados estiverem atualizados, desta maneira não há como mesurar, neste momento, qual o alcance da ação.

Mesmo tendo esta dificuldade, acreditamos que o programa atingiu até o momento aproximadamente 300 participantes, oportunizando conhecimentos na área de educação especial e inclusão e conseqüentemente uma reflexão crítica da prática profissional e/ou das relações pessoais dos participantes.

Considerações Finais

O Programa de Educação Inclusiva: Aprendizagens em Contexto além de resultar na capacitação de professores para a educação inclusiva, e mobilizar a comunidade acadêmica, proporcionou a todos os envolvidos reflexões e conhecimentos básicos nesta área, de grande relevância para a sociedade como um todo, no âmbito das relações, dos direitos humanos e da justiça social.

Para cada curso foram disponibilizadas 100 vagas, os quais tiveram as inscrições encerradas no primeiro dia devido a grande procura por estas formações. Após este período abriu-se inscrições para lista de espera, e nesta, aproximadamente 400 pessoas

realizaram suas inscrições. Isso evidencia a grande relevância de ações na modalidade a distância para profissionais da educação, e revela ainda que, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, muitos são os que tem investido em sua formação pessoal para qualificar a docência junto a estudantes com deficiência, e por isso a necessidade de manter ações de formação de professores na perspectiva da educação inclusiva.

É de fundamental importância perceber que tais resultados obtidos com as ações perpassam o tempo e o espaço da formação, pois possibilita uma mudança de atitude no fazer pedagógico, vislumbrando a constante quebra de barreiras no processo do aprender de cada estudante.

Para além disso, os cursos disponibilizaram diferentes recursos para uso em grupos de estudos e reuniões pedagógicas ao disponibilizar vídeo aulas, textos/leituras, indicações de literatura infantil, entre outros materiais.

Sugere-se que ações de formação nesta perspectiva devam suprir as necessidades de redes de ensino, atendendo de imediato o contexto da escola, com os profissionais que estão de fato na prática com os estudantes com deficiência, para isso parcerias com redes de ensino podem ser realizadas, almejando também diminuir o número de desistências após a inscrição, estas desistências foram, como pontuado anteriormente, em sua grande maioria, anterior ao acesso no ambiente virtual de aprendizagem.

Diante do exposto, concluímos que o programa contribuiu para o cumprimento do papel social da Universidade e com isso a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Referências

CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

MEC. Decreto n. 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília, 2003.

MEC. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

PETERS, Otto. Didática do ensino a distância – experiências e estágios da discussão numa visão internacional. Tradução Ilson Kayser, São Leopoldo/RS:Editora Unisinos, 2001.

ROSS, Paulo Ricardo. A Crise da Educação Especial: Uma Reflexão Política e Antropológica. Disponível em: www.inclusion.hpg.ig.com.br. Acesso em 27 de fevereiro de 2003.

SASSAKI, R. K. O direito à educação inclusiva, segundo a ONU. In: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007.

SASSAKI, R. K. Questões semânticas sobre as deficiências visual e intelectual na perspectiva inclusiva. Revista Reação, São Paulo, ano XI, n. 62, p 10-16, 2008.

SASSAKI, R.K. Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

SILVA, Oberdan Dias da. O que é extensão universitária? Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html#Rodapé>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Ed. Mediação. Porto Alegre. 2001. 2ª edição.

SKLIAR, Carlos B. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. Educação Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-33, 1999.